

Entidade Adjudicante / [DIREÇÃO DE NAVIOS]

Número Processo Despesa / [3023016407]

Procedimento / Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Objeto do Contrato /

**FORNECIMENTO DE DOIS NAVIOS REABASTECEDORES
DE ESQUADRA E LOGÍSTICOS (NRE+)**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)

ÍNDICE

Assunto	Página
ARTIGO 1.º	3
Identificação do concurso	3
ARTIGO 2.º	4
Entidade adjudicante.....	4
Artigo 3.º.....	5
Órgão que tomou a decisão de contratar.....	5
Artigo 4.º.....	5
Fundamento do procedimento	5
Artigo 5.º.....	5
Esclarecimentos e erros e omissões	5
Artigo 6.º.....	6
Leilão eletrónico	6
FASE DE CANDIDATURA E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS	7
Artigo 7.º.....	7
Modelo de qualificação dos candidatos	7
Artigo 8.º.....	7
Requisitos de capacidade financeira	7
Artigo 9.º.....	7
Requisitos de capacidade técnica.....	7
Artigo 10.º.....	8
Documentos destinados à qualificação dos candidatos	8
Artigo 11.º.....	10
Documentos da candidatura	10
Artigo 12.º.....	10
Prazo e modo de apresentação das candidaturas	10
Artigo 13.º.....	11
Análise das candidaturas e decisão de qualificação	11
FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO	12
Artigo 14.º.....	12
Requisitos e documentos para apresentação de proposta.....	12
Artigo 15.º.....	17
Critério de adjudicação.....	17
Artigo 16.º.....	18
Análise das propostas e adjudicação.....	18
Artigo 17.º.....	19
Documentos de habilitação	19
Artigo 18.º.....	20
Caução	20
Artigo 19.º.....	21
Contrato escrito	21
Artigo 20.º.....	21
Encargos	21
Artigo 21.º.....	21
Legislação aplicável	21
ANEXO A1 - Modelo de Declaração (Anexo I ao CCP).....	22
ANEXO A2 - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP).....	24
ANEXO B - Minuta da proposta	25
ANEXO C - Modelo de Avaliação das Propostas	26
ANEXO D - Convite à Apresentação da Proposta	38

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)

ARTIGO 1.º

Identificação do concurso

1. O presente concurso limitado por prévia qualificação, com a referência n.º **3023016407**, tem por objeto a formação do contrato para a aquisição de dois Navios Reabastecedores de Esquadra e Logísticos (NRE+), pelo preço máximo de 100.000.000,00 EUR (cem milhões de euros) a que acrescerá o IVA, não devendo no ano respetivo ultrapassar o montante autorizado conforme o ANEXO N – Plano de Pagamentos, acrescido dos montantes transitados em saldo de anos anteriores.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (*Common Procurement Vocabulary*), 34510000-5 (NAVIOS) de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.
3. O Programa de Aquisição dos NRE+ é uma prioridade para o interesse nacional, afirmada em sede do processo legislativo de aprovação da Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto, que procedeu à revisão da Lei de Programação Militar (LPM) e que veio incluir, nas suas dotações, as verbas necessárias para proceder à retoma do investimento em navios destinados às missões da Marinha Portuguesa.
4. O procedimento visa satisfazer a necessidade de renovar a esquadra nacional com a aquisição de dois NRE+ para garantir sustentação logística e mobilidade estratégica, sendo que estes navios serão essenciais para o reabastecimento no mar e para apoiar a projeção de forças, assegurando uma intervenção rápida em zonas de operações.
5. Por outro lado, pretende-se com a versatilidade dos novos navios, que estes sejam empregues, não apenas em missões de defesa, mas também em

assistência humanitária, especialmente em catástrofes naturais. Estes navios podem também fortalecer a posição de Portugal nas organizações internacionais, consolidando o país como um produtor de segurança.

6. Assim, visando a eficiência operacional, será dada ênfase à comunalidade de sistemas e equipamentos entre o NRE+ e outros navios, pelo que a arquitetura de sistemas SEWACO, comum a diferentes classes de navios, será implementada para assegurar o desempenho operacional e a sustentação ao longo do ciclo de vida.
7. Por fim, numa abordagem estratégica, considera-se significativo para a indústria e economia nacional, potenciar que a execução do projeto, a construção e o aprestamento sejam preferencialmente realizados em Portugal. Visa-se promover e incorporar, na medida do possível, tecnologia, equipamentos e produtos desenvolvidos e/ou produzidos em Portugal, podendo possibilitar o explorar de oportunidades para a indústria nacional, promovendo parcerias de inovação e capacitação, com foco em tecnologia e valor acrescentado.

ARTIGO 2.º

Entidade adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português, Marinha, através da Superintendência do Material, Direção de Navios, com o NIF 600 012 662, sita na Base Naval de Lisboa – Alfeite, 2810-001 Almada.
2. Os contactos para todas as formalidades respeitantes ao presente concurso são assegurados e realizados através da plataforma eletrónica cujo endereço é: < <https://www.acingov.pt> >.
3. O processo do concurso pode ainda ser consultado na Direção de Navios, sito na mesma morada, das 9h00 às 13h00 horas e das 14h00 às 17h00 horas, desde o dia da publicação do respetivo anúncio, por marcação através do e-mail: aquisicoes.dn@marinha.pt ou pelo Telefone: (351) 21 0901447.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada pelo Despacho n.º 2161/2024, de 15 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 41, de 27 de fevereiro de 2024, páginas 88 e 89.

ARTIGO 4.º

Fundamento do procedimento

A escolha do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação com publicidade internacional fundamenta-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP.

ARTIGO 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, na plataforma eletrónica utilizada através do endereço <https://www.acingov.pt>, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
2. Até ao termo do prazo referido no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e são prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas.

4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 6.º

Leilão eletrónico

No presente concurso não há lugar a leilão eletrónico.

FASE DE CANDIDATURA E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

ARTIGO 7.º

Modelo de qualificação dos candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação referido no artigo 179.º do CCP.
2. São qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos de capacidade financeira e de capacidade técnica.

ARTIGO 8.º

Requisitos de capacidade financeira

Para efeitos de aferição da capacidade financeira os candidatos devem apresentar, nos termos do artigo 164.º n.ºs 4 e 5 e dos artigos n.ºs 165.º e 179.º do CCP, o valor médio do volume de vendas de bens e ou serviços relativos aos exercícios concluídos dos últimos 3 (três) anos fiscais (2021, 2022 e 2023 – caso não existam contas já aprovadas relativas ao ano de 2023 devem ser demonstrados os anos 2020, 2021 e 2022) com um valor igual ou superior a um terço do valor do presente procedimento sem IVA, ou, apresentar a declaração bancária de acordo com o modelo constante do anexo VI ao CCP, ou, no caso de o candidato ser um agrupamento ou um consórcio, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.

ARTIGO 9.º

Requisitos de capacidade técnica

Para efeitos de aferição da capacidade técnica os candidatos devem apresentar nos termos do artigo 165.º comprovativos:

1. De serem portadores de qualificações ISO no domínio da gestão, do ambiente, segurança e saúde no trabalho, nomeadamente:
 - a. Dos sistemas de gestão da qualidade da empresa com os requisitos da NP EN ISO 9001: 2015;
 - b. Dos sistemas de gestão ambiental da empresa com os requisitos da NP EN ISO 14001:2015;
 - c. Dos sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho da empresa com os requisitos da NP EN ISO 45001:2019.
2. Da existência de recursos humanos nos seus quadros portadores de *Security Clearance* (credencial de segurança) a envolver no projeto e construção de matérias que exijam classificação de segurança, no contexto Nacional e/ou NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), ou apresentando uma declaração de compromisso de honra indicando que até à data de outorga de contrato iniciará junto do Gabinete Nacional de Segurança, ou equivalente do país de origem o processo de credenciação dos recursos humanos necessários à execução das tarefas que exijam classificação de segurança.
3. De terem realizado nos últimos 10 (dez) anos, o projeto de 1 (um) navio militar (com funções logísticas) acima de 1500 toneladas de deslocamento, para a Marinha, de países NATO ou da União Europeia (UE).
4. De terem realizado nos últimos 10 (dez) anos, a construção de 1 (um) navio militar (com funções logísticas) acima de 1500 toneladas de deslocamento, para a Marinha, de países NATO ou da União Europeia (UE).

ARTIGO 10.º

Documentos destinados à qualificação dos candidatos

1. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos e dos seus subcontratados, se existirem, que deverão ser redigidos em língua portuguesa, são os seguintes:

- a. Quanto à capacidade financeira do candidato, declaração oficial de autoridade tributária competente relativa aos exercícios concluídos dos últimos 3 (três) anos fiscais (2021, 2022 e 2023 – caso não existam contas já aprovadas relativas ao ano de 2023 devem ser demonstrados os anos 2020, 2021 e 2022) ou a declaração bancária de acordo com o modelo constante do anexo VI ao CCP, ou, no caso de o candidato ser um agrupamento ou um consórcio, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.
- b. Quanto à capacidade técnica os candidatos devem demonstrar documentalmente:
 - i. Certificados, passados por entidade acreditada (nacional ou estrangeira) quanto à conformidade:
 - a) Dos sistemas de gestão qualidade da empresa com os requisitos da NP EN ISO 9001: 2015;
 - b) Dos sistemas de gestão ambiental da empresa com os requisitos da NP EN ISO 14001:2015;
 - c) Dos sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho da NP EN ISO 45001:2019.
 - ii. Que são titulares e incluem nos seus quadros recursos humanos portadores de *Security Clearance* (credencial de segurança) a envolver no projeto e construção de matérias que exijam classificação de segurança, no contexto Nacional e/ou NATO, ou apresentando um declaração de compromisso de honra, indicando que até à data de outorga de contrato iniciará junto do Gabinete Nacional de Segurança, ou equivalente do país de origem o processo de credenciação dos recursos humanos necessários à execução das tarefas que exijam classificação de segurança.
 - iii. Demonstração documental da realização nos últimos 10 (dez) anos, do projeto de pelo menos 1 (um) navio militar (com funções logísticas) acima de 1500 toneladas de deslocamento, para a Marinha, de países

NATO ou da União Europeia (UE). A demonstração deve conter, no mínimo, informação das características principais do navio (dimensões principais), da instalação propulsora, a data de início e o tempo do projeto.

- iv. Demonstração documental da realização nos últimos 10 (dez) anos, da construção de pelo menos 1 (um) navio militar (com funções logísticas) acima de 1500 toneladas de deslocamento, para a Marinha, de países NATO ou da União Europeia (UE). A demonstração deve conter, no mínimo, informação das características principais dos navios (dimensões principais), da instalação propulsora, a data de início e o tempo da construção.
2. Em qualquer das situações descritas nos números anteriores, no caso de o candidato ser um agrupamento ou um consórcio, basta que as qualificações pedidas se verifiquem num dos membros que integram o agrupamento ou o consórcio.

ARTIGO 11.º

Documentos da candidatura

A candidatura é constituída pelos documentos referidos quer no artigo anterior quer pelos documentos referenciados no artigo 168.º do CCP, redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa, ou com tradução oficial devidamente legalizada.

ARTIGO 12.º

Prazo e modo de apresentação das candidaturas

1. A apresentação da candidatura deverá ser realizada de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a. Data limite de entrega: até às 23:59, do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação ao serviço de Publicações da União Europeia para ser publicitado no Jornal Oficial da União Europeia;
 - b. Prazo validade das candidaturas: 180 dias;

- b. A entrega das candidaturas do presente procedimento será efetuada na plataforma eletrónica de contratação <https://www.acingov.pt>.
2. A candidatura deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.

ARTIGO 13.º

Análise das candidaturas e decisão de qualificação

1. À análise e subsequente tramitação das candidaturas é aplicável o regime previsto nos artigos 178.º a 188.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação no prazo máximo de 44 dias após o termo do prazo para a apresentação das candidaturas e notifica-a aos candidatos, concedendo-lhes um prazo de cinco dias úteis para apresentação dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos financeiros e técnicos exigidos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 187.º do CCP.
3. Cumprido o disposto no artigo 187.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada e do prazo de audiência prévia a cumprir, posteriormente envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite para apresentação de proposta nos termos do artigo 189.º do CCP – nos termos expressos na peça procedimental - Convite à Apresentação de Proposta (conforme Anexo D).
4. A proposta deve ser submetida através da plataforma de contratação supra identificada, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, até às 23:59 do 30.º dia a contar da data do envio do convite – 189.º do CCP.

FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 14.º

Requisitos e documentos para apresentação de proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos abaixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão, contendo:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em < <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> >, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - i. “Sou um operador económico;
 - ii. “Importar um DEUCP”; “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado na plataforma <https://www.acingov.pt/>;
 - iii. Selecionar o país do concorrente;
 - iv. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - v. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada e enviado junto aos documentos da proposta.
 - b. Declaração de acordo com Modelo de declaração anexo I ao CCP (Anexo A1 do Programa do Procedimento).
 - c. Proposta, de acordo com o Anexo B, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;

d. A proposta referida na alínea anterior, a apresentar de acordo com o Anexo B, deverá especialmente conter os seguintes documentos:

i. Declaração sob compromisso de honra indicando:

1. a velocidade máxima que pretende atingir em modo de propulsão diesel;
2. a velocidade máxima que pretende atingir em modo de propulsão elétrica;
3. o consumo específico de combustível do(s) motor(es) propulsor(es) principal(ais) a 100% da carga;
4. o consumo específico de combustível dos motores diesel dos grupos eletrogéneos a 100% da carga;
5. o número de viaturas URO VAMTAC que pode embarcar e estivar, no espaço a elas dedicado;
6. a autonomia do navio em milhas náuticas à velocidade de cruzeiro de 14 nós;
7. a capacidade de carga de combustível F-76 para RAS;
8. a capacidade de carga de combustível F-44 para RAS;
9. a capacidade de carga de água doce para RAS;
10. a capacidade do porão de carga geral;
11. a capacidade de alojamento complementar para oficiais;
12. a capacidade de alojamento complementar para sargentos;
13. a capacidade de alojamento complementar para praças;
14. o comprimento total das embarcações semirrígidas (RHIB);
15. a velocidade máxima das embarcações semirrígidas (RHIB);

16. a autonomia das embarcações semirrígidas (RHIB) em milhas náuticas à velocidade de cruzeiro de 20 nós;
- ii. Declaração sob compromisso de honra indicando quais os Requisitos Desejáveis (D) da Especificação Técnica a cumprir, preenchendo a Tabela 1q. em Anexo C;
 - iii. Declaração sob compromisso de honra indicando o cumprimento de todos os Requisitos Essenciais (E) da Especificação Técnica.
 - iv. Declaração sob compromisso de honra, assumindo que efetuará o projeto e/ ou a construção e/ ou o aprestamento em Portugal, quando tal for proposto, identificando as instalações fabris, e os locais de execução dos trabalhos, para cada uma dessas fases, considerando o seguinte:
 - 1. o Projeto é efetuado em Portugal quando todas as diligências e interações com os representantes do Estado são realizadas em Portugal.
 - 2. a Construção é a edificação do casco e das superestruturas bem como os apoio/fixes dos equipamentos. Apenas podem ser incorporados os motores principais, os grupos eletrogéneos e os sistemas/equipamentos que tenham obrigatoriamente de ser instalados com o navio em doca seca.
 - 3. o Aprestamento é a incorporação dos restantes sistemas e equipamentos e completamento do navio, bem como os respetivos testes e provas.
- e. Arranjo Geral do Navio.
- f. Fichas técnicas dos seguintes equipamentos, contendo a Marca, Modelo, Características principais e dimensões:
- i. Equipamentos que constituem a Instalação Propulsora;
 - ii. Equipamentos que constituem o Propulsor de Proa;

- iii. Equipamentos que constituem o sistema de Produção e Distribuição de Energia;
- iv. Equipamentos que constituem o sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado;
- v. Equipamentos do sistema de produção, tratamento e distribuição de água potável;
- vi. Equipamentos que constituem o sistema de Detecção de Incêndios e Alagamentos;
- vii. Equipamentos que constituem o sistema de Combate a Incêndios e Alagamentos;
- viii. Equipamentos do Sistema Integrado de Gestão da Plataforma (SIGP);
- ix. Equipamentos do Sistema de Navegação, incluindo o piloto automático;
- x. Equipamentos do Sistema Integrado de Navegação;
- xi. Equipamentos do Sistema Integrado de Comunicações (que não GFE);
- xii. Equipamentos do RAS;
- xiii. Embarcações e respetivos meios de manobra e elevação;
- xiv. Equipamentos do sistema de movimentação de carga do navio;
- xv. Equipamentos de convés (cabrestantes, guinchos);
- xvi. Equipamentos de sistema de esgoto diário e de emergência;
- xvii. Equipamentos do sistema de lastro;
- xviii. Equipamentos do sistema de combustível, quer dos motores diesel, quer do sistema de reabastecimento do helicóptero;

- g. Documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente, certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
2. Preço total em EUROS, com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parceladamente apresentado.
3. No caso de o preço unitário ou total ser apresentado com mais de duas casas decimais, o preço considerado será o de duas casas decimais aproximado por defeito.
4. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total da proposta, valerá o valor unitário por unidade de fornecimento descrito no Caderno de Encargos.
5. A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).
6. O preço da proposta deverá ser decomposto nos seus principais elementos tendo presente a composição do preço indicada na cláusula quarta (4.ª) no Caderno de Encargos, levando em conta os montantes anuais máximos financeiros expressos no Plano de Pagamentos – Anexo N do Caderno de Encargos;
7. O preço do valor homem/hora;
8. Prazo de manutenção da proposta, nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias de calendário.
9. Discriminação do prazo do fornecimento (indicando separadamente o prazo de entrega de cada um dos navios) com escalonamento expresso em dias e/ou descrito por algarismos, alinhado com o plano de pagamentos.

10. O prazo de fornecimento a apresentar será sempre contado em dias corridos, de calendário, incluindo Sábados, Domingos e Feriados.
11. No caso de o prazo ser apresentado em forma diferente de dias corridos, converter-se-á em dias corridos, na fórmula expressa no número anterior. No caso de existir divergência entre as datas indicadas por extenso e as descritas em algarismos prevalecerá sempre a que indicar um prazo mais curto.
12. Quando as propostas são apresentadas por sociedade comercial ou agrupamento, devem ser assinadas por quem tenha poderes para os obrigar com documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta, a forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, contrato de consorcio, procuração), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
13. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
14. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas, manuais ou documentação com características técnicas, que poderão ser redigidos em língua inglesa.
15. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
16. Será motivo de análise, podendo implicar a exclusão da proposta se insuficientemente fundamentada, por apresentar um preço anormalmente baixo, a proposta que apresentar um preço máximo igual ou inferior a 60% do Preço Máximo, sem IVA.

ARTIGO 15.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta técnico/economicamente mais vantajosa, com maior Valor de Proposta (VP), calculado na modalidade de multifator, densificada pelos fatores constantes na seguinte tabela, e de acordo com o regulamento de avaliação das propostas em Anexo C.

Fatores	Coefficiente de Ponderação
Qualidade Técnica (QT)	75 %
Prazo de Entrega do Primeiro Navio (PRA)	15 %
Preço (incluindo Desenvolvimento Tecnológico) (P)	10 %

2. No caso de se verificarem situações de empate na classificação das propostas, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate pela ordem de aplicabilidade a seguir apresentada:
 - a. Maior pontuação no fator Qualidade Técnica (QT)¹,
 - b. Maior pontuação no fator Prazo (PRA)²;
 - c. Maior pontuação no fator Preço e Desenvolvimento Tecnológico (P)³
 - d. Execução do Aprestamento em Portugal;
 - e. Execução da Construção em Portugal;
 - f. Execução do Projeto em Portugal;
 - g. Sorteio – identificando as propostas por número de ordenação a retirar de saco não transparente com a presença dos concorrentes empatados.

ARTIGO 16.º

Análise das propostas e adjudicação

1. A fase de análise das propostas e adjudicação decorrerá nos termos previstos nos artigos 146.º a 148.º, por força do disposto no artigo 162.º, todos do CCP.

¹ QT calculado de acordo com o Anexo C

² PRA calculado de acordo com o Anexo C

³ P calculado de acordo com o anexo C

2. As propostas que, quanto ao respetivo teor e atributos, contenham elementos não conformes com as peças procedimentais, serão apreciadas, consoante o aplicável, no âmbito do n.º 2 do artigo 70.º e artigo 72.º, ambos do CCP. **Não se admitirá como suprimento dessas desconformidades menção pelo proponente de que as mesmas se devem considerar como não escritas.**
3. A decisão de adjudicação deve ser notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas, nos termos do artigo 77.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar, poderá eventual e excecionalmente, e por motivos de interesse público, devidamente fundamentados, aplicar o possibilitado no n.º 6 do art.º 70.º do CCP.

ARTIGO 17.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma <https://www.acingov.pt>, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação:
 - a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (Declaração de acordo com o Modelo de declaração Anexo II ao CCP – Anexo A2 do programa do presente procedimento);
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais dos titulares de órgão de administração e/ ou gerência) do CCP;
 - c. Certidão comercial atualizada;
 - d. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <

<https://rcbe.justica.gov.pt/> >) ou documento equivalente para concorrentes fora do espaço Português;

- e. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei (aplicável se o contrato se encontrar sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do Artigo 55.º se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
5. Nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, pode ser concedido um prazo adicional de 3 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.
6. Todos os documentos de habilitação que não forem emitidos por autoridades Portuguesas ou por concorrentes Portugueses podem ser apresentados por documentos equivalentes do seu país de origem.

ARTIGO 18.º

Caução

1. Nos termos do artigo 88.º há lugar a prestação de caução de bom cumprimento do contrato, nos termos do modelo de garantia bancária em anexo ao Caderno de Encargos.

2. Se existir necessidade de realizar pagamentos por adiantamento será observado o disposto nos artigos 292.º a 298.º do CCP.

ARTIGO 19.º

Contrato escrito

O contrato será reduzido a escrito e celebrado nos termos dos artigos 94.º a 106.º do CCP através da elaboração de um clausulado de acordo com as cláusulas jurídicas e determinações técnicas do Caderno de Encargos.

ARTIGO 20.º

Encargos

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude das eventuais obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução e aos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas.

ARTIGO 21.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente programa do concurso, bem como no caderno de encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetiva legislação regulamentar, e da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)

ANEXO A1 - Modelo de Declaração (Anexo I ao CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

-
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
 - (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
 - (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
 - (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A2 - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁴... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁵ não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁶] os documentos comprovativos de que a sua representada⁷ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura⁸].

(4)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(5) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(6) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

(7) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(8) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO
NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)
ANEXO B – Minuta da proposta

_____ (denominação social da empresa concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para _____ (designação do procedimento), a que se refere o programa datado de _____ (data), obriga-se a executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no Programa, Caderno de Encargos e demais documentação, pelo preço total de _____ (em algarismos e por extenso), constituindo este elemento o atributo da sua proposta.

À quantia mencionada acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, na percentagem de _____%, no montante de_____.

Prazo de Entrega do 1.º navio: _____

Prazo de Entrega do 2.º navio: _____

Prazo de manutenção da proposta: 180 dias de calendário.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO
NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)
ANEXO C - Modelo de Avaliação das Propostas

REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

O Valor global da Proposta (VP), corresponde ao resultado da soma das pontuações percentuais parciais obtidas do fator I (QT-Qualidade Técnica), do fator II (PRA-Prazo) e do fator III (P-Preço) abaixo indicados.

$$VP = QT + PRA + P$$

Todos os valores são arredondados à centésima por defeito.

Coeficientes de Ponderação:

Coeficiente Ponderação Qualidade Técnica (CP_{QT}) – 75%

Coeficiente Ponderação Prazo (CP_{PRA}) – 15%

Coeficiente Ponderação Preço (incluindo Desenvolvimento Tecnológico) (CP_P) – 10%

Sendo que:

Fator 1 – Qualidade Técnica (QT)

A pontuação a atribuir para cálculo da Qualidade Técnica da Proposta, será a soma das pontuações dos parâmetros 1a. a 1q. (a dividir pelo fator 117,55 e posteriormente arredondada à centésima por defeito) a seguir indicados, sendo o grau de cumprimento avaliado, no momento da análise das propostas, comprovado através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir e que tomará prevalência sobre quaisquer outros documentos da proposta:

$$QT = (1a+1b+1c+1d+1e+1f+1g+1h+1i+1j+1k+1l+1m+1n+1o+1p+1q) / 117,55$$

a. Velocidade (V) máxima do navio com propulsão diesel (ET § 051-3.3 a.) - até 300 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Velocidade propulsão diesel (V), em nós	Pontos
21,0 < V	300
20,5 < V ≤ 21,0	240
20,0 < V ≤ 20,5	200
19,5 < V ≤ 20,0	160
19,0 < V ≤ 19,5	120
18,5 < V ≤ 19,0	40
18,0 < V ≤ 18,5	20

b. Velocidade (V) máxima do navio com propulsão elétrica (PTI) (ET § 200-1.4; § 200-1.5) - até 200 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Velocidade propulsão elétrica (V), em nós	Pontos
$9,0 < V$	200
$8,5 < V \leq 9,0$	190
$8,0 < V \leq 8,5$	180
$7,5 < V \leq 8,0$	80
$7,0 < V \leq 7,5$	60
$6,5 < V \leq 7,0$	40
$6,0 < V \leq 6,5$	20

c. Número de viaturas URO VAMTAC (ET § 053-4.1; § 053-4.2) - até 200 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Número de viaturas URO VAMTAC	Pontos
20 ou mais viaturas	200
17, 18 ou 19 viaturas	120
14, 15 ou 16 viaturas	80
11, 12 ou 13 viaturas	40
10 viaturas	10

d. Consumo específico do(s) motor(es) diesel propulsor(es) a 100% da carga (ET § 593-6.1) - até 160 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Consumo específico MPP @ 100% (g/kWh)	Pontos
$SFOC \leq 175$	160
$175 < SFOC \leq 180$	120
$180 < SFOC \leq 190$	80
$190 < SFOC \leq 200$	40
$200 < SFOC$	20

e. Consumo específico do(s) motor(es) diesel do(s) grupo(s) eletrogéneo(s) a 100% da carga (ET § 593-6.1) - até 160 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Consumo específico GE @ 100% (g/kWh)	Pontos
SFOC \leq 190	160
190 < SFOC \leq 195	120
195 < SFOC \leq 200	80
200 < SFOC \leq 210	40
210 < SFOC	20

f. Autonomia do navio a 14 nós (ET § 051-5.1) - até 200 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Autonomia @ 14 nós (milhas náuticas)	Pontos
14000 < milhas	200
13000 \leq milhas < 14000	100
12000 \leq milhas < 13000	40
11000 \leq milhas < 12000	20
10000 < milhas < 11000	10

g. Capacidade de carga de F-76 (RAS) (ET § 572-1.5) - até 300 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Capacidade de F-76 RAS (m ³)	Pontos
4000 \leq m ³	300
3750 \leq m ³ < 4000	160
3500 \leq m ³ < 3750	80
3250 \leq m ³ < 3500	40
3000 < m ³ < 3250	20

h. Capacidade de carga de F-44 (RAS) (ET § 572-1.5) - até 300 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Capacidade de F-44 RAS (m ³)	Pontos
350 \leq m ³	300
325 \leq m ³ < 350	160
300 \leq m ³ < 325	80
275 \leq m ³ < 300	40
250 < m ³ < 275	20

i. Capacidade de carga de água potável (RAS) (ET § 572-1.5) - até 300 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Capacidade de água potável RAS (m ³)	Pontos
$650 \leq m^3$	300
$600 \leq m^3 < 650$	160
$550 \leq m^3 < 600$	80
$500 \leq m^3 < 550$	40
$450 < m^3 < 500$	20

j. Capacidade de carga do Porão de Carga Geral (ET § 673-1.1) - até 200 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Capacidade do Porão de Carga Geral (m ³)	Pontos
$700 \leq m^3$	200
$650 \leq m^3 < 700$	160
$600 \leq m^3 < 650$	80
$550 \leq m^3 < 600$	40
$500 < m^3 < 550$	20

k. Alojamento complementar de Oficiais (ET § 070-9.3 a.; § 640-1.4 a.) - até 160 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Alojamento complementar de Oficiais	Pontos
$10 \leq \text{Oficiais}$	160
$7 \leq \text{Oficiais} < 10$	80
$5 \leq \text{Oficiais} < 7$	40
$3 \leq \text{Oficiais} < 5$	20
$1 \leq \text{Oficiais} < 3$	10

I. Alojamento complementar de Sargentos (ET § 070-9.3 b.; § 640-1.4 b.) - até 160 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Alojamento complementar de Sargentos	Pontos
$15 \leq \text{Sargentos}$	160
$10 \leq \text{Sargentos} < 15$	80
$7 \leq \text{Sargentos} < 10$	40
$4 \leq \text{Sargentos} < 7$	20
$1 \leq \text{Sargentos} < 4$	10

m. Alojamento complementar de Praças (ET § 070-9.3 c.; § 640-1.4 c.) - até 200 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Alojamento complementar de Praças	Pontos
$25 \leq \text{Praças}$	200
$21 \leq \text{Praças} < 25$	100
$17 \leq \text{Praças} < 21$	90
$13 \leq \text{Praças} < 17$	80
$9 \leq \text{Praças} < 13$	40
$5 \leq \text{Praças} < 9$	20
$1 \leq \text{Praças} < 5$	10

n. Comprimento total da embarcação semirrígida (Loa RHIB) (ET § 583-1.5 a.) - até 100 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

(Loa RHIB) (m)	Pontos
$\text{Loa} = 9$	100
$8,5 \leq \text{Loa} < 9,0$	80
$8,0 \leq \text{Loa} < 8,5$	40
$7,5 \leq \text{Loa} < 8,0$	20
$7,0 \leq \text{Loa} < 7,5$	10

o. Velocidade máxima da embarcação semirrígida (Vmax RHIB) (ET § 583-1.5 d.) - até 100 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Vmax RHIB (nós)	Pontos
$40,0 < V$	100
$37,5 < V \leq 40,0$	80
$35,0 < V \leq 37,5$	60
$32,5 < V \leq 35,0$	20
$30,0 < V \leq 32,5$	10

p. Autonomia da embarcação semirrígida (RHIB) (ET § 583-1.5 e.) - até 100 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, aos pontos indicados para o valor que se propõe atingir.

Autonomia @ 20 nós (milhas náuticas)	Pontos
$100 < \text{milhas}$	100
$90 < \text{milhas} \leq 100$	80
$80 < \text{milhas} \leq 90$	60
$70 < \text{milhas} \leq 80$	40
$60 < \text{milhas} \leq 70$	10

q. Requisitos desejáveis - até 8615 pontos

A pontuação a atribuir corresponde, de acordo com a tabela seguinte, ao somatório de pontos indicados para os requisitos que se propõe cumprir.

TABELA 1q.

Requisito desejável (D) da ET	Valorização do requisito	Cumprimento (Sim/Não)	Pontos da proposta
022-1.3 ou 589-3.1	200		
024-1.1	5		
031-1.4	15		
031-3.4 c.	80		
031-4.4 d.	25		
032-2.6 ou 032-3.5 ou 410-4.1	155		
032-4.3 ou 450-1.6	25		
032-10.1 ou 423-3.1	40		
032-10.2 ou 423-3.2	40		
051-3.1	45		

051-6.5	60		
053-3.4	15		
053-4.1	(conforme tabela 1c.)	-----	-----
053-4.6	85		
070-9.3 ou 640-1.4	(conforme tabelas 1k., 1l, 1m)	-----	-----
071-2.4	15		
071-4.1	45		
071-4.2 a. (2)	100		
083-1.2	5		
083-1.8	20		
083-1.9	20		
084-1.1	5		
084-1.2	15		
084-1.3	15		
084-1.4	10		
085-1.3	10		
086-1.3	10		
086-1.8	55		
086-1.10	10		
088-1.4 a.	10		
088-1.4 b.	10		
088-1.4 c.	10		
088-1.7	15		
088-1.10	10		
088-1.17	35		
088-1.22	15		
089-1.3	80		
089-1.5	55		
089-1.6	30		
090-1.3	30		
096-1.4	40		
096-1.5	35		
099-2.2	25		
110-1.4	115		
114-1.6	75		
123-2.11	5		
123-3.1	20		
136-1.3	25		

136-1.4	25		
136-1.5	25		
136-1.6 ou 663-3.1	50		
164-1.3	80		
191-1.2	145		
200-1.2	200		
200-1.5	(conforme tabela 1b.)	-----	-----
235-1.5	60		
237-1.6	55		
237-1.7 c.	200		
237-5.2	120		
302-4.2	30		
302-4.4	30		
304-1.1	20		
304-1.8 b.	65		
304-1.16	5		
305-1.3	5		
305-1.7	25		
310-2.8	55		
310-2.9	55		
310-2.11	30		
310-3.4	5		
313-2.2	10		
314-1.2	60		
314-2.13	55		
320-1.7	5		
324-1.3	25		
324-1.4	30		
324-3.3	20		
330-4.5	5		
330-4.6	5		
340-2.1	10		
410-2.14	170		
437-3.3	120		
443-2.4	20		
443-2.6	30		
500-2.4;	140		
512-1.3	160		
512-1.7	20		

512-1.9	50		
512-1.11	5		
514-2.4	55		
514-4.7	40		
521-4.4	45		
521-4.5	40		
524-1.4	75		
524-1.10	75		
529-3.1	180		
541-1.4	90		
551-5.4	95		
551-5.8	60		
551-5.11	50		
551-5.13	30		
551-5.14	25		
551-5.15	75		
551-5.19	40		
555-5.2	155		
561-1.3	200		
561-1.5	50		
562-1.3	170		
572-1.5	(conforme tabelas 1g. 1h. 1i.)	-----	-----
572-1.7	180		
573-2.1	80		
573-3.2	70		
573-3.6	80		
573-4.1	35		
575-1.3	200		
583-2.2	95		
583-2.5	25		
583-2.6	65		
583-2.8	5		
583-2.9	5		
583-2.10	5		
583-3.1	10		
583-3.3	10		
583-3.6	25		
583-3.8	80		
589-4.2	200		

593-1.9	165		
593-6.4	200		
600-3.2	75		
635-5.1	25		
641-1.4	40		
641-1.6	40		
641-2.4	40		
641-3.4	40		
641-4.5	40		
641-5.6	45		
642-2.3	45		
643-3.4	80		
643-4.1	45		
643-4.4	70		
645-1.5	80		
651-3.3	45		
651-4.3	45		
652-2.7	90		
656-1.5	100		
661-2.2	30		
661-2.4	30		
661-3.3	30		
662-2.3	30		
711-2.4	5		
711-3.4	5		
712-1.2	105		
713-2.3	170		
713-3.4	190		
PONTOS TOTAIS	8615		

Fator 2 – Prazo (PRA)

Este fator - Prazo, é calculado em pontos, tendo em conta os seguintes valores de referência, com a avaliação a ser feita em dias entre a DEVC e a Entrega provisória do 1º navio:

Prazo (PRA) de Entrega do 1º navio, em dias	Pontos
$PRA \leq 730$	100
$730 < PRA \leq 790$	90
$790 < PRA \leq 851$	80
$851 < PRA \leq 912$	50
$912 < PRA \leq 973$	30
$973 < PRA \leq 1034$	20
$1034 < PRA \leq 1095$	10

Fator 3 - Preço (incluindo Desenvolvimento Tecnológico (P))

A pontuação a atribuir, corresponde ao resultado da soma das pontuações percentuais parciais obtidas dos subfator 3.1 (P_R - Preço Relativo) e do subfator 3.2 (D_T -Desenvolvimento Técnico)

$$P = P_R + D_T$$

Subfactor 3.1 – Preço Relativo (P_R) – até 50 pontos percentuais

Este subfactor - Preço Relativo, é calculado em pontos por interpolação linear tendo em conta os seguintes valores de referência:

Preço máximo - $P_{m\acute{a}x}$ 100.000.000,00€ sem IVA

Preço mínimo admissível – $P_{m\acute{i}n adm}$ 60% do $P_{m\acute{a}x}$

Preço da proposta – P_p

$$P_R = 50 \times \frac{P_{m\acute{a}x} - P_p}{P_{m\acute{a}x} - P_{m\acute{i}n adm}}$$

Subfactor 3.2 – Desenvolvimento Tecnológico (D_T) – até 50 pontos percentuais

O subfactor 2 – Desenvolvimento Tecnológico, é calculado pelo somatório dos pontos percentuais correspondentes às condições a verificar, para a execução do projeto, para a construção e para o aprestamento em Portugal. Este subfator tem em referência a seguinte valorização:

Nível execução nacional	Pontos percentuais
Execução do Aprestamento em Portugal (EAP)	20
Execução da Construção em Portugal (ECP)	20
Execução do Projeto em Portugal (EPP)	10

$$DT = EAP + ECP + EPP$$

O grau de cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir e que tomará prevalência sobre quaisquer outros documentos da proposta.

ANEXO D - Convite à Apresentação de Proposta

Entidade Adjudicante / [DIREÇÃO DE NAVIOS]

Número Processo Despesa / [3023016407]

Procedimento / Concurso Limitado por Prévia Qualificação

Objeto do Contrato /

**FORNECIMENTO DE DOIS NAVIOS REABASTECEDORES
DE ESQUADRA E LOGÍSTICOS (NRE+)**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

**O Diretor de Navios
António F. Rodrigues Mateus
CALM ECN**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)

ÍNDICE

Assunto	Página
Artigo 1.º.....	40
Requisitos e documentos para apresentação de proposta.....	40
Artigo 2.º.....	46
Critério de adjudicação.....	46
Artigo 3.º.....	47
Análise das propostas e adjudicação.....	47
Artigo 4.º.....	47
Documentos de habilitação.....	47
Artigo 5.º.....	49
Caução.....	49
Artigo 6.º.....	49
Contrato escrito.....	49
Artigo 7.º.....	49
Encargos.....	49
Artigo 8.º.....	49
Legislação aplicável.....	49

CONVITE À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

NAVIO REABASTECEDOR DE ESQUADRA E LOGÍSTICO (NRE+)

Ex.mos Senhores

No seguimento da decisão de qualificação em anexo vimos por este meio notificar de igual modo V. Exas. para que até ao dia apresente a vossa proposta para o fornecimento de dois NAVIOS REABASTECEDORES DE ESQUADRA E LOGÍSTICOS (NRE+), observando o exposto no articulado a seguir descrito:

ARTIGO 1.º

Requisitos e documentos para apresentação de proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos abaixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão:
2. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em < <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt> >, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - a. “Sou um operador económico;
 - b. “Importar um DEUCP”; “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado na plataforma <https://www.acingov.pt/>;
 - c. Selecionar o país do concorrente;
 - d. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - e. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada e enviado junto aos documentos da proposta.

3. Declaração de acordo com Modelo de declaração anexo I ao CCP (Anexo A1 do Programa do Procedimento).
4. Proposta, de acordo com o Anexo B, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;
5. A proposta referida na alínea anterior, a apresentar de acordo com o Anexo B, deverá especialmente conter os seguintes documentos:
6. Declaração sob compromisso de honra indicando:
 - a. a velocidade máxima que pretende atingir em modo de propulsão diesel;
 - b. a velocidade máxima que pretende atingir em modo de propulsão elétrica;
 - c. o consumo específico de combustível do(s) motor(es) propulsor(es) principal(ais) a 100% da carga;
 - d. o consumo específico de combustível dos motores diesel dos grupos eletrogéneos a 100% da carga;
 - e. o número de viaturas URO VAMTAC que pode embarcar e estivar, no espaço a elas dedicado;
 - f. a autonomia do navio em milhas náuticas à velocidade de cruzeiro de 14 nós;
 - g. a capacidade de carga de combustível F-76 para RAS;
 - h. a capacidade de carga de combustível F-44 para RAS;
 - i. a capacidade de carga de água doce para RAS;
 - j. a capacidade do porão de carga geral;
 - k. a capacidade de alojamento complementar para oficiais;

- l. a capacidade de alojamento complementar para sargentos;
 - m. a capacidade de alojamento complementar para praças;
 - n. o comprimento total das embarcações semirrígidas (RHIB);
 - o. a velocidade máxima das embarcações semirrígidas (RHIB);
 - p. a autonomia das embarcações semirrígidas (RHIB) em milhas náuticas à velocidade de cruzeiro de 20 nós;
7. Declaração sob compromisso de honra indicando quais os Requisitos Desejáveis (D) da Especificação Técnica a cumprir, preenchendo a Tabela 1q. em Anexo C;
8. Declaração sob compromisso de honra indicando o cumprimento de todos os Requisitos Essenciais (E) da Especificação Técnica.
9. Declaração sob compromisso de honra, assumindo que efetuará o projeto e/ ou a construção e/ ou o aprestamento em Portugal, quando tal for proposto, identificando as instalações fabris, e os locais de execução dos trabalhos, para cada uma dessas fases, considerando o seguinte:
- a. o Projeto é efetuado em Portugal quando todas as diligências e interações com os representantes do Estado são realizadas em Portugal.
 - b. a Construção é a edificação do casco e das superestruturas bem como os apoio/fixes dos equipamentos. Apenas podem ser incorporados os motores principais, os grupos eletrogéneos e os sistemas/equipamentos que tenham obrigatoriamente de ser instalados com o navio em doca seca.
 - c. o Aprestamento é a incorporação dos restantes sistemas e equipamentos e completamento do navio, bem como os respetivos testes e provas.
10. Arranjo Geral do Navio.

11. Fichas técnicas dos seguintes equipamentos, contendo a Marca, Modelo, Características principais e dimensões:

- a. Equipamentos que constituem a Instalação Propulsora;
- b. Equipamentos que constituem o Propulsor de Proa;
- c. Equipamentos que constituem o sistema de Produção e Distribuição de Energia;
- d. Equipamentos que constituem o sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado;
- e. Equipamentos do sistema de produção, tratamento e distribuição de água potável;
- f. Equipamentos que constituem o sistema de Detecção de Incêndios e Alagamentos;
- g. Equipamentos que constituem o sistema de Combate a Incêndios e Alagamentos;
- h. Equipamentos do Sistema Integrado de Gestão da Plataforma (SIGP);
- i. Equipamentos do Sistema de Navegação, incluindo o piloto automático;
- j. Equipamentos do Sistema Integrado de Navegação;
- k. Equipamentos do Sistema Integrado de Comunicações (que não GFE);
- l. Equipamentos do RAS;
- m. Embarcações e respetivos meios de manobra e elevação;
- n. Equipamentos do sistema de movimentação de carga do navio;
- o. Equipamentos de convés (cabrestantes, guinchos);
- p. Equipamentos de sistema de esgoto diário e de emergência;
- q. Equipamentos do sistema de lastro;

- r. Equipamentos do sistema de combustível, quer dos motores diesel, quer do sistema de reabastecimento do helicóptero;
12. Documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente, certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
 13. Preço total em EUROS, com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parcelarmente apresentado.
 14. No caso de o preço unitário ou total ser apresentado com mais de duas casas decimais, o preço considerado será o de duas casas decimais aproximado por defeito.
 15. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total da proposta, valerá o valor unitário por unidade de fornecimento descrito no Caderno de Encargos.
 16. A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).
 17. O preço da proposta deverá ser decomposto nos seus principais elementos tendo presente a composição do preço indicada na cláusula quarta (4.^a) no Caderno de Encargos, levando em conta os montantes anuais máximos financeiros expressos no Plano de Pagamentos – Anexo N do Caderno de Encargos;
 18. O preço do valor homem/hora;
 19. Prazo de manutenção da proposta, nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias de calendário.

20. Discriminação do prazo do fornecimento (indicando separadamente o prazo de entrega de cada um dos navios) com escalonamento expresso em dias e/ou descrito por algarismos, alinhado com o plano de pagamentos.
21. O prazo de fornecimento a apresentar será sempre contado em dias corridos, de calendário, incluindo Sábados, Domingos e Feriados.
22. No caso de o prazo ser apresentado em forma diferente de dias corridos, converter-se-á em dias corridos, na fórmula expressa no número anterior. No caso de existir divergência entre as datas indicadas por extenso e as descritas em algarismos prevalecerá sempre a que indicar um prazo mais curto.
23. Quando as propostas são apresentadas por sociedade comercial ou agrupamento, devem ser assinadas por quem tenha poderes para os obrigar com documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta, a forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, contrato de consorcio, procuração), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
24. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
25. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas, manuais ou documentação com características técnicas, que poderão ser redigidos em língua inglesa.
26. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
27. O presente concurso limitado por prévia qualificação, tem por objeto a formação do contrato para a aquisição de dois Navios Reabastecedores de Esquadra e Logísticos (NRE+), pelo preço máximo de 100 000 000,00€ (cem milhões de euros), sem IVA.
28. Será motivo de análise, podendo implicar a exclusão da proposta se insuficientemente fundamentada, por apresentar um preço anormalmente

baixo, a proposta que apresentar um preço máximo igual ou inferior a 60% do Preço Máximo, sem IVA.

ARTIGO 2.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta técnico/economicamente mais vantajosa, com maior Valor de Proposta (VP), calculado na modalidade de multifator, densificada pelos fatores constantes na seguinte tabela, e de acordo com o regulamento de avaliação das propostas em Anexo C do Programa do Procedimento.

Fatores	Coefficiente de Ponderação
Qualidade Técnica (QT)	75 %
Prazo de Entrega do Primeiro Navio (PRA)	15 %
Preço (incluindo Desenvolvimento Tecnológico) (P)	10 %

2. No caso de se verificarem situações de empate na classificação das propostas, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate pela ordem de aplicabilidade a seguir apresentada:
 - a. Maior pontuação no fator Qualidade Técnica (QT)⁹,
 - b. Maior pontuação no fator Prazo (PRA)¹⁰;
 - c. Maior pontuação no fator Preço e Desenvolvimento Tecnológico (P)¹¹
 - d. Execução do Aprestamento em Portugal;
 - e. Execução da Construção em Portugal;

⁹ QT calculado de acordo com o Anexo C

¹⁰ PRA calculado de acordo com o Anexo C

¹¹ P calculado de acordo com o anexo C

- f. Execução do Projeto em Portugal;
- g. Sorteio – identificando as propostas por número de ordenação a retirar de saco não transparente com a presença dos concorrentes empatados.

ARTIGO 3.º

Análise das propostas e adjudicação

1. A fase de análise das propostas e adjudicação decorrerá nos termos previstos nos artigos 146.º a 148.º, por força do disposto no artigo 162.º, todos do CCP.
2. As propostas que, quanto ao respetivo teor e atributos, contenham elementos não conformes com as peças procedimentais, serão apreciadas, consoante o aplicável, no âmbito do n.º 2 do artigo 70.º e artigo 72.º, ambos do CCP. **Não se admitirá como suprimento dessas desconformidades menção pelo proponente de que as mesmas se devem considerar como não escritas.**
3. A decisão de adjudicação deve ser notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas, nos termos do artigo 77.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar, poderá eventual e excecionalmente, e por motivos de interesse público, devidamente fundamentados, aplicar o possibilitado no n.º 6 do art.º 70.º do CCP.

ARTIGO 4.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma <https://www.acingov.pt>, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação:
 - a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (Declaração de acordo com o Modelo de declaração Anexo II ao CCP – Anexo A2 do programa do presente procedimento);

- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais dos titulares de órgão de administração e/ ou gerência) do CCP;
 - c. Certidão comercial atualizada;
 - d. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site < <https://rcbe.justica.gov.pt/> >) ou documento equivalente para concorrentes fora do espaço Português;
 - e. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei (aplicável se o contrato se encontrar sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do Artigo 55.º se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
5. Nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, pode ser concedido um prazo adicional de 3 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.

6. Todos os documentos de habilitação que não forem emitidos por autoridades Portuguesas ou por concorrentes Portugueses podem ser apresentados por documentos equivalentes do seu país de origem.

ARTIGO 5.º

Caução

1. Nos termos do artigo 88.º há lugar a prestação de caução de bom cumprimento do contrato, nos termos do modelo de garantia bancária em anexo ao Caderno de Encargos.
2. Se existir necessidade de realizar pagamentos por adiantamento será observado o disposto nos artigos 292.º a 298.º do CCP.

ARTIGO 6.º

Contrato escrito

O contrato será reduzido a escrito e celebrado nos termos dos artigos 94.º a 106.º do CCP através da elaboração de um clausulado de acordo com as cláusulas jurídicas e determinações técnicas do Caderno de Encargos.

ARTIGO 7.º

Encargos

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude das eventuais obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução e aos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas.

ARTIGO 8.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente programa do concurso, bem como no caderno de encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetiva legislação regulamentar, e da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.